

PORTO SUL PARA QUEM?

Por uma auditoria urgente no licenciamento do Porto Sul

Estamos em junho de 2023, pouco tempo se passou desde a Semana da Mata Atlântica e do Dia Mundial do Meio Ambiente com ameaças de impactos sobre a agenda ambiental brasileira. No Sul da Bahia, a implementação inconsequente de um complexo hidro-minerário-ferroviário-portuário digno dos piores títulos ameaça a sociobiodiversidade e a economia local desde seu anúncio, há 15 anos. **Clamamos pela atenção do Estado e da sociedade brasileira, especialmente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do IBAMA, diante dos riscos que corremos e que ainda podemos evitar.**

O Brasil tenta assumir papel de liderança na agenda da biodiversidade e do clima, frente à sexta extinção em massa do planeta e dos riscos comprovados de uma tragédia climática, nas próximas décadas. Os compromissos do país com estas agendas, bem como o potencial da nossa bioeconomia, em vastas regiões biodiversas do Brasil, como Amazônia, Serra do Espinhaço e Sul da Bahia, nos convocam a reagir diante deste projeto.

Enquanto o Brasil e o mundo anseiam por mudanças rumo a uma economia que cuida das pessoas e da natureza, com baixa emissão de carbono e proteção da biodiversidade e das águas, o Sul da Bahia tem, desde 2007, uma ameaça colossal no centro da Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e do Corredor Ecológico Boa Esperança-Conduru. **Uma ameaça real para pescadores, agricultores, moradores das vilas e cidades entre Ilhéus e Itacaré e região: O Complexo Porto Sul.**

Passamos por gravíssimos desastres ambientais nos últimos 15 anos. Desde a tragédia da Samarco, no Rio Doce, e da Vale, em Brumadinho, sobre o Rio Parauapebas, assim como os graves impactos já expostos na Usina de Belo Monte, no rio Xingu, e o derramamento de petróleo no litoral nordestino. O Complexo Porto Sul é hoje o maior e mais impactante projeto de infraestrutura da América do Sul, licenciado mesmo com todas as dúvidas e obscurantismo anunciados por especialistas.

O projeto gerou enorme polêmica desde o início, provocando inúmeros manifestos, audiências, abaixo assinados – com dezenas de milhares de pessoas e centenas de organizações da sociedade civil. **Envolvendo dezenas de municípios em Minas Gerais e Bahia, o complexo Porto Sul recebe demandas de duas minas de ferro no alto sertão semi-árido da Serra do Espinhaço, uma ferrovia fatiada em três trechos, um mineroduto, um porto *offshore* em polo *pesqueiro regional* e retro área portuária no meio da Mata Atlântica brasileira.** Ao arrepio da legislação ambiental, esses projetos foram desintegrados e licenciados isoladamente, como se não fizessem parte de um mesmo complexo hidro-mineral e logístico, sob o comando da BAMIN. Além dos impactos cumulativos, maliciosamente fragmentados para facilitar o licenciamento, novos empreendimentos, como usinas termelétricas e refinarias, têm sido anunciados a reboque do complexo, no retroporto e adjacências.

Muitos especialistas no setor de infraestrutura questionaram os equívocos do projeto e sua localização, inclusive o Tribunal de Contas da União. A Avaliação Ambiental Estratégica feita pela COPPE-UFRJ, em parceria com o Governo da Bahia, em 2009, revelou que muitos impactos negativos do Porto Sul serão severos, permanentes e irreversíveis, especialmente sobre a biodiversidade, os serviços ecossistêmicos e sobre as atividades econômicas presentes no território, em especial a pesca, o turismo, a produção de cacau e chocolate e a produção de alimentos pela agricultura familiar. O Sul da Bahia abriga uma das maiores diversidades vegetais do planeta (mais de 450 espécies arbóreas em um único hectare!), habitat de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, como o mico-leão-de-cara-dourada, o macaco-prego-de-peito-amarelo, a preguiça-de-coleira e o mutum-do-sudeste. Centenas de milhares de pessoas, florestas e sistemas agroflorestais, manguezais, restingas, veredas, rios e brejos estão ameaçados em sua sobrevivência.

A falta de transparência tem sido a tônica destes empreendimentos do Porto Sul. Os contratos assinados entre a Eurasian Resources Group (ERG), controladora da Bahia Mineração (Bamin), e o Governo da Bahia, não evidenciam benefícios públicos, além de omitirem para a população os riscos e os impactos presentes e futuros. Uma evidência da falta de transparência é a informação sobre o teor do minério de ferro da mina Pedra de Ferro, em Caetité. Especialistas afirmam que estas jazidas oferece um minério de baixo teor, embora a BAMIN insista na narrativa de alta qualidade do minério de ferro, sabidamente restrita à superfície da jazida. Essa informação é crucial para justificar ou não a viabilidade desse negócio logístico e minerário.

Passados quase dez anos da licença de implantação do Porto Sul, a sociedade civil e a academia continuam sem acesso aos relatórios sobre o cumprimento das 38 condicionantes estabelecidas na licença. São desconhecidos tanto o escopo quanto os resultados dos projetos socioambientais supostamente implantados para atender às exigências definidas. Falta informação e transparência sobre os programas e iniciativas governamentais (das três esferas) para fortalecer o território e minimizar os impactos sobre o mesmo, estabelecidos nas audiências públicas.

Os elevados impactos do Porto Sul, quantificados durante o licenciamento, justificaram a elaboração de 38 Planos Básicos Ambientais (PBAs), uma condição do IBAMA para mitigar e compensar os impactos previstos. No entanto, informações desconstruídas e não oficiais – consequência da ausência de mecanismos de transparência acerca do projeto – dão conta que alguns destes planos foram suprimidos ou combinados. **Desde 2019 não há publicização dos relatórios que a empresa prepara e nem dos pareceres do IBAMA sobre o cumprimento das condicionantes.**

Há meses um grupo de organizações da sociedade civil, dentre elas aquelas que integram o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Ilhéus, aguardam uma resposta da Bamin para uma solicitação formal de visita técnica às obras em curso. Diante deste cenário obscuro, muitas perguntas seguem sem respostas. Qual é o real conhecimento da população diretamente afetada pelos empreendimentos acerca do andamento das obras? Como as lideranças locais se vêem nos estudos e planos de ações da BAMIN? Como a empresa está interagindo com estas lideranças e com as comunidades afetadas? Em que estágio estão os PBAs? O que andou? Como andou? O que mudou? Como está o cronograma dessas atividades?

Dois casos exemplificam muito bem a falta de informações e de transparência que denunciamos nesta carta. Primeiro, o programa de desapropriação e reassentamento, que prevê a remoção involuntária de pessoas, principalmente pequenos agricultores, de suas residências e áreas de cultivo, para darem lugar às construções. Considerado um impacto de ‘alta magnitude’ no licenciamento, a empresa foi obrigada a elaborar um Programa de Reassentamento, para atender as 294 famílias impactadas, sendo 92 em área urbana, todas na Vila Juerana, e 142 em área rural. Foi prevista a formação de uma Comissão de Acompanhamento do programa, mas, até o momento, além de não haver qualquer informação sobre esta comissão (se foi formada, quem a compõe, como seus integrantes foram definidos, se está produzindo relatórios, etc.), tampouco há qualquer registro ou informação pública sobre a situação destas famílias, como, por exemplo, quantas foram ou estão sendo reassentadas e quantas optaram pela indenização e se já receberam o valor devido.

O segundo caso é o programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira e o subprograma de Compensação da Atividade Pesqueira. Trata-se de temas de enorme relevância socioeconômica e ambiental, mas sobre os quais também prevalece a ausência de informações públicas e a falta de transparência sobre as ações. O que estão fazendo? Quais ações de preservação do patrimônio imaterial da arte de pesca da jangada, previstas no plano, foram implantadas? Cadê os registros das reuniões que deveriam estar fazendo com os pescadores, com evidências da participação e representatividade requeridas? As ações previstas pela empresa contemplam as inquietudes e impactos que preocupam os pescadores e marisqueiras? Quais os resultados do monitoramento sobre a quantidade de pescado nos últimos anos? Como estes dados estão sendo coletados e onde estão sendo armazenados? Os pescadores têm acesso à esta informação? Como?

Embora pareça ser um problema regional, **o Porto Sul tem potencial para gerar impactos em escala nacional e global**. A falência desse modelo de “desenvolvimento”, já visto nas tragédias citadas, poderá atingir em cheio a Mata Atlântica do Sul da Bahia, parte da floresta tropical que abriga 72% da população brasileira, afetando também ecossistemas costeiros e ambientes recifais ricos em pescados, que sustentam milhares de famílias de pescadores. Não são apenas a fauna e a flora nativas que estão ameaçadas. A economia regional, focada na agricultura e no turismo, com enorme potencial de desenvolvimento em bases sustentáveis ao longo das próximas décadas, está diretamente ameaçada e danificada por um empreendimento incerto, altamente vulnerável e, sem dúvidas, concentrador de renda e insustentável.

Diante desse quadro de riscos elevados e ausência de participação, reivindicamos uma **imediate auditoria no licenciamento, em especial as condicionantes estabelecidas na licença**, a ser conduzida pelo IBAMA com a participação de especialistas externos. Essa auditoria, com a máxima urgência, transparência e participação, torna-se imperativa, sob o risco de desacreditar o sistema de licenciamento e pôr em xeque os compromissos internacionais assumidos pelo atual Governo Federal, base do processo de recuperação da imagem e reputação do nosso país.

Instituições e coletivos que assinam este manifesto:



Movimento Sul da Bahia Viva

Observatório Rio Pardo Vivo e Corrente

Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

Rede de ONGs da Mata Atlântica

Movimento dos Atingidos por Barragens

Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA

Rede de Gestores das Unidades de Conservação do Corredor Central da Mata Atlântica

Fundação SOS Mata Atlântica

Grupo Ambientalista da Bahia

Instituto Floresta Viva

Instituto Tamanduá

Instituto Nossa Ilhéus

Legião de Assistência Recuperadora Nosso Lar, Diocese de Montes Claros MG

Casa do Boneco de Itacaré

Aldeia Indígena caramuru Catarina Paraguaçu, Pau Brasil Bahia